

Maria Jaqueline Maia Pinheiro Maria Helena de Paula Frota

As casas-abrigo:

política pública de proteção à mulher vítima de violência doméstica**

RESUMO: A violência contra a mulher constitui grave problema de violação dos direitos humanos, sendo um fenômeno que atinge mulheres de variadas classes sociais, raças, etnias, religiões e escolaridade. É causa de danos irreparáveis que atingem a saúde da mulher, seu desenvolvimento e sua auto-estima. A violência prejudica não somente a mulher, pois injuria também a família e até amigos. Em razão desta realidade, o movimento de mulheres reivindicou, dentre outras lutas, a instalação de casas-abrigo. No Ceará, em 1992, foi criada a Casa do Caminho – abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, que tem como principal objetivo o acolhimento destas, juntamente com seus filhos, constituindo-se uma das principais políticas de retaguarda no enfrentamento à violência contra a mulher.

A miséria, a opressão, a dominação, por mais que sejam não bastam para contar a sua história. Elas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos [...]. elas traçam um caminho que é preciso reencontrar: Uma história outra. (Michelle Perrot, 1998, p. 212)

Introdução

Esse artigo é fruto de uma pesquisa realizada durante os anos de 2004 e 2005 na única casa abrigo do Ceará denominada de Casa do Caminho, como parte integrante da dissertação de mestrado intitulada: *VOLTEI PORQUE...*

Palavras-chave:
Políticas Públicas para as Mulheres;
Casas-abrigo;
Violência contra a mulher.

**** Este artigo compõe parte da dissertação de mestrado da autora em Planejamento e Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará, sob orientação da Professora Doutora Maria Helena de Paula Frota.**

As trajetórias de vida das mulheres abrigadas na Casa do Caminho – Fortaleza e suas representações sobre a violência conjugal, defendida em dezembro de 2005 no Mestrado Profissional de Planejamento de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará sob a orientação da professora, doutora, Maria Helena de Paula Frota.

A Casa do Caminho é um abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica, unidade da Secretaria de Ação Social do Governo do Estado do Ceará, com endereço em sigilo para a segurança das pessoas (mulheres e crianças) sob a guarda do Estado. O abrigo recebe mulheres encaminhadas pelas Delegacias de Defesa da Mulher – DDMs, acompanhadas pelos filhos, onde podem permanecer acolhidas até 90 dias. Para ter acesso a esse serviço é necessário que a vítima preste queixa na delegacia especializada e atenda aos seguintes critérios: estar em situação de risco (ameaçada pelo marido ou companheiro) não dispor de situação financeira para viver longe do lar (pode ser momentaneamente), não ter parentes ou amigos que possam acolhê-la.

Muitas indagações, surgidas da prática profissional como assistente social de uma instituição governamental, suscitou o meu interesse de investigar a violência de gênero, em especial a violência conjugal, em buscas de respostas que poderiam estar não somente no saber das ciências, mas o meu objetivo era conhecer o imaginário daquelas que vivenciam o conflito.

O campo que escolhi, a princípio, não me causou maiores estranhamentos. Afinal, como estranhar o cotidiano do meu trabalho? O que me surpreendeu foram números de informações nos documentos analisados e principalmente as histórias ouvidas. Causaram-me admiração as trajetórias que as levaram ao Abrigo e a coragem de refazerem suas vidas sobre os mesmos trilhos ou trilhas diferentes.

Decidi colocar-me inteiramente no trabalho, portanto, muitas vezes, escrevo para mim mesma, reflito “alto”, escrevo poesias, mesclo histórias, lendas, contos e cantos, navegando em direção às vozes que tanto escuto, das mulheres que tem vontade de falar, pois que esta fala em forma de denuncia “traduza o objeto da pesquisa”.

Início da luta pelos direitos da mulher

Na década de 70, do século XX, no contexto das lutas pela redemocratização do Brasil, surgiram inúmeros movimentos sociais destacando-se os movimentos feministas que empreenderam esforços de interlocução com o Estado visando denunciar o fato de que o espaço doméstico também se configurava um local

onde se inscrevem relações contraditórias, conflituosas e de poder, sendo palco para o exercício de ações violentas, tendo como um dos agentes principais o homem na pessoa do pai/padrasto ou do marido/companheiro.

No amplo processo de interlocução com o Estado as feministas, além de denunciar a violência por detrás dos muros do lar, ou seja, no espaço privado, demandavam a formulação e implementação de políticas públicas, entre as quais ressaltavam as de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Frente ao contexto das décadas de 70 e 80 e diante da ocorrência de vários assassinatos de mulheres, denúncias e protestos realizados por feministas ganharam repercussão publicizando a desigualdade de gênero (aqui entendida como violência contra a mulher) e abuso como problema de âmbito público sendo, portanto, necessário que o Estado desempenhe seu “papel de órgão promotor e articulador de atos políticos” (OSTERNE, 2005, p. 233) com programas, projetos e serviços capazes de assegurar às mulheres direitos, pautados nos princípios da universalidade e da igualdade.

Para Rocha (2005, p. 81),

a regulamentação da violência de gênero pelo Estado brasileiro tem início nos anos 80, nas esferas do Legislativo, Judiciário e Executivo, em âmbitos federal, estadual e municipal, sem, contudo, romper com as características da gestão das políticas públicas no Brasil, agravadas pela adoção dos postulados neoliberais par nortear a ação do Estado nas áreas econômica, política e social, sobretudo a partir da década de 90.

De fato, não há dúvidas de que no plano formal a legislação nacional e os tratados e convenções ratificados pelo governo brasileiro constituíram avanços quanto à institucionalização dos direitos das mulheres, contudo, pouco desses avanços têm-se tornado realidade na vida de milhares de homens e mulheres, ampliando a distância entre o legal e o real, tornando-se mais cruel quanto se trata da violência contra a mulher sendo “duplamente vítimas: como cidadãs se defrontam com diversas formas de violência que atingem a sociedade brasileira; como cidadãs e mulheres, com a violência de gênero” (SEPM, PNPM, 2004, p.27).

A violência contra a mulher acontece no mundo inteiro e atinge mulheres de todas as idades, classes sociais, raças, etnias e orientação sexual. Qualquer que seja o tipo, física, sexual, psicológica, ou patrimonial, a

violência está vinculada ao poder e a desigualdade das relações de gênero, onde impera o domínio do homem, e está ligada também à ideologia dominante que lhe dá sustentação (PNPM, 2004).

A origem das casas-abrigo como política pública

Em resposta as demandas do movimento de mulheres e feministas¹, durante as décadas de 1980 e 1990, políticas públicas no âmbito das três esferas passaram a ser implementadas, como esclarece Rocha (2005, p.111)

No que concerne a violência de gênero, destacam-se, inicialmente, por sua amplitude no país, os conselhos de direitos da mulher e as delegacias especializadas para o atendimento de mulheres, sendo o Estado de São Paulo pioneiro na criação do primeiro conselho estadual [...] e da primeira delegacia.

Dando continuidade as iniciativas citadas, porém em menor escala, foram criadas em vários Estados Centros de Referência ou de Atendimento Integral para atender e acompanhar mulheres em situação de violência e casas-abrigo.

As casas-abrigo, política de enfrentamento à violência contra a mulher, ação que destacarei nesse artigo, constitui-se, muitas vezes, na única e última alternativa que possibilita o rompimento da relação conjugal violenta para muitas mulheres. Trata-se de uma importante retaguarda de atendimento à mulher vítima de violência doméstica cujo campo de estudo ainda é, relativamente pequeno.²

Rocha (idem, p.78) assevera que o Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher, do Governo Federal, priorizou, em 1998, as casas-abrigo, “cuja construção e implementação passaram a ser objetos de convênio com estados, municípios e organizações não-governamentais”.

Segundo a “Pesquisa sobre Casas-abrigo” elaborada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres entre novembro de 2002 e março de 2003, a primeira casa do gênero criada no Brasil, em 1983, foi à Casa da Mamãe, em São Paulo, vinculada à Fundação Francisca Franco, e em 1986 a COMVIDA, também no citado Estado. Ressalta-se que a Casa da Mamãe somente começou o atendimento às mulheres em situação de violência doméstica em 1986.

Soares (1999) esclarece que a primeira instituição desse tipo da qual se tem notícia foi criada na Inglaterra em 1972, chamada de Refúgio de Chiswick, cidade próxima de Londres, tendo, posteriormente, sido denominada de

¹ Soares (1998, p.38) assinala que há diferença entre movimento de mulheres e feministas. “As feministas compõem uma face do movimento social, enfocando as dinâmicas próprias, suas formas de expressão, etc. [...]. As feministas traduzem a rebelião das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder e buscam construir uma proposta ideológica que revertam esta marginalidade [...]”.

² Pode-se citar Dagord, 2003, Ruffa, 1997, Rocha, 2005, dentre outras.

Women's Aid, por iniciativa de Erin Pizzey. O abrigo, fruto de um trabalho de mulheres que haviam criado em 1971 o primeiro centro especializado para auxiliar as mulheres em situação de violência doméstica, “aos poucos, foi abrigando as mulheres das redondezas, que solicitavam proteção contra os maridos violentos” (DAGORD, 2003, p.25). Em pouco tempo, outras residências foram utilizadas para esse fim e o grupo de mulheres iniciou a organização de redes de apoio, pressionando o governo para criação do equipamento do gênero e mudanças na legislação que favorecessem as vítimas de maridos violentos.

Para Ruffa (1997), outras casas dessa natureza foram criadas em várias partes do mundo e apresentam três significados históricos:

1. São iniciativas de mulheres, tendo caráter reivindicativo;
2. Cumprem uma função política de denunciar e dar publicidade a violência conjugal; e
3. Apresentam como princípio a autogestão, a autotomia, o predomínio da comunicação oral e a recuperação da palavra das mulheres que sofrem violência.

Ainda de acordo com Ruffa (1990, p. 14)

Durante as décadas de 70 e 80, as casas-abrigo se estenderam gradual e amplamente em vários países europeus, Estados Unidos e Canadá constituindo, em alguns casos, autênticas redes distribuídas por todas as regiões e localidades, os refúgios, verdadeiros estandartes da luta em defesa dos direitos da mulher, cuja criação e difusão representam uma autêntica vanguarda na denuncia de um problema até então silenciado. São, antes de tudo, uma resposta a um problema para o qual a sociedade não possuía uma correta visualização, assim como, inclusive, propunha soluções contraproducentes.

As casas têm um significado histórico, não devendo, portanto, ser consideradas como mais um serviço criado apenas para somar-se aos outros, na área de proteção social. Elas cumprem, além do papel social e político, um papel de questionamento e ruptura diante do problema da violência conjugal, acenando para uma nova forma de abordagem, teórico/prática, na qual as mulheres não são meras usuárias de um serviço, e sim sujeitos de sua própria mudança, ocupando, por isso, um lugar central no atendimento.

Ruffa (1997) assevera que as casas-abrigo possibilitam uma resignificação do espaço doméstico, o qual pode deixar de ser um local de isolamento, de rotina e pressão para passar a ser um local onde se possa compartilhar, dialogar e crescer com um novo modelo de convivência. E, ainda, que limite às usuárias no espaço físico, necessário por questões de segurança, não irrompa seu contato com o mundo externo, após o retorno ao convívio social, elas mesmas buscam por si próprias apoio institucional e comunitário, iniciados quando do momento do abrigo, garantindo a própria cidadania.

Na América Latina, há registro de que no ano de 1979, em San Juan (Porto Rico), criou-se a primeira casa-abrigo, chamada de Casa Protegida Júlia de Burgos (MORAES, 2003). Posteriormente, em 1982, surgiu a do Peru, por iniciativa de uma mulher indígena, que fez de sua própria residência um abrigo para mulheres. Era o refúgio chamado “A voz de Mulher”.

No Brasil, as casas aparecem a partir da necessidade de se oferecer proteção às mulheres que denunciam a violência sofrida, ficando vulneráveis diante de tal atitude, caso, após a denúncia nas delegacias de defesa da mulher, tenham que regressar às suas moradias.

Segundo Dagord (2003), com “a criação das DEAMs e do trabalho perpetrado pelo movimento feminista, as mulheres foram adquirindo coragem e denunciando a violência sofrida”. Todavia, com a denúncia formalizada essas mulheres se expõem ao risco de sofrerem novas e mais graves violências por parte do agressor, pois, tornam público e visível um ato até então privado e invisível.

As casas foram fundadas, inicialmente, com recursos comunitários, alternativos e só passaram a contar com recursos públicos posteriormente. Para Rocha (2005, p. 213)

Num contexto de falta de mecanismos legais e institucionais de proteção à mulher violentada, a ruptura com a relação conjugal e com a espiral de violência significava sair de casa para conseguir se separar do parceiro violento, o que representava uma vitória em favor da segurança da mulher e uma atitude revolucionária.

Entende Beaudry (1985, apud Ruffa, 1990, p. 19-20) que, “As mulheres elegeram o campo que melhor conheciam e o transformaram. O símbolo da obrigação cotidiana se transformou no símbolo da rebelião, sua condenação doméstica se transformou no primeiro passo para a liberdade”.

Durante as décadas de 1980 e 1990 as casas-abrigo continuaram a proliferar, estando, presentes hoje, em países de todos os continentes. Partes delas continuam sendo iniciativas de organizações não – governamentais, embora recebam recursos públicos. Em muitos países da América Latina e Caribe, os altos custos do abrigo são alegados como motivos para que os governos não priorizem essas ações.

A atuação pioneira dessas casas, porém, vem cumprindo o papel de estimular políticas públicas governamentais de contribuir para mudar a concepção de violência conjugal, retirando-lhe o estatuto de assunto de vida privada, de demonstrar seu caráter criminal e de concorrer para facilitar a ruptura da mulher com a violência.

Para Rocha (2005, p.218), outro aspecto positivo das casas-abrigo é:

A constituição de movimentos e redes de abrigos ou redes de cidadania que objetivam compartilhar experiências, potencializar o atendimento integral à mulher, avaliar os avanços e as dificuldades enfrentadas e buscar soluções para elas, promover capacitações dos profissionais, desenvolver pesquisas e estimular estudos e atividades visando à sensibilização, à informação e à conscientização dos diversos segmentos sociais sobre a violência de gênero e questões afins.

As casas-abrigo, como serviços úteis ao combate à violência conjugal, estão sendo implementadas no Brasil, que possui, segundo dados da SPM, cerca de 80 abrigos, número insuficiente, tendo-se como parâmetro a extensão continental do País, bem como a magnitude³ da violência contra a mulher. Uma dessas experiências, bem como a fala de suas abrigadas e ex-abrigadas, serão cobradas a partir de agora.

Casa do Caminho: a casa-abrigo do Ceará

A Casa do Caminho – abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica é a única do gênero em funcionamento no Estado do Ceará, foi inaugurada no “apagar das luzes do Governo Ciro Gomes”, em 21 de novembro de 1992, com o objetivo de:

Proporcionar guarda e proteção à integridade das mulheres e filhos (ou dependentes) quando vítimas de violência física /ou psíquica, no espaço de convivência educativa com formato de albergue, como recurso emergencial e provisório, visando encaminha-los em

³ Segundo pesquisa elaborada pela Fundação Perseu Abramo (2001), 2,1 milhões de mulheres são espancadas anualmente nos lares brasileiros, 175 mil mensalmente, 5, 8 mil diariamente, 243 a cada hora e 4 mulheres a cada minuto.

melhores condições bio-psico-sociais à sociedade.
(Documento Interno – Casa do Caminho – maio, 1993).

Entre os diversos documentos, destaco um, escrito à mão, infelizmente, sem autoria, que para mim revela o sentimento do momento de criação da Casa do Caminho, transcrito algumas partes:

Seguindo a mesma linha de pensamento e conscientes do relevante papel que desempenham na sociedade moderna aliado ao mais profundo sentimento de responsabilidade o Conselho Cearense de Direitos da Mulher e o Governo do Estado por seu órgão, Secretaria da Ação Social, idealizado pelo primeiro e possibilitado pelo segundo, surge o albergue para mulheres vítimas de violência.

A Casa do Caminho é antes de tudo a esperança de dignidade da mulher que, via de regra, arca com a responsabilidade de ficar com os filhos e de sustentá-los, após o desenlace do relacionamento.

Na Casa do Caminho, terão as usuárias, quer sejam mulheres de baixa renda e vilipendiadas quer física ou psicologicamente, a oportunidade de se equilibrarem, exercitando a auto-estima e reavaliando suas aptidões, para que saídas da condição de albergadas, passem a reunirem-se à força de trabalho do mercado, mais conscientes e aptas a melhor gerirem suas próprias vidas (documento Interno da Casa do Caminho, 199-).

A Casa do Caminho surge ligada ao Conselho Cearense dos Direitos da Mulher - CCDM com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ceará e, nesse período, localizava-se nas proximidades do Bairro Castelão, periferia de Fortaleza, em um sítio alugado.

Em 1995, a Casa do Caminho já fazia parte do organograma da Fundação da Ação Social, ligada à estrutura do Departamento de Assistência Devida – DAD, com equipe formada de servidoras do Estado. A partir de 1997, o Governo do Estado firma convênios com o Ministério da Justiça/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, com projetos que visam a equipar, capacitar e manter a Casa⁴ em melhores condições de funcionamento. Em 1999, 2000 e 2001, os recursos foram empregados na aquisição de equipamentos, vestuário, brinquedos e capacitação de servidoras e abrigadas.

⁴ Quando casa estiver com a inicial maiúscula estarei me referindo a Casa do Caminho.

Nesse período, o Abrigo⁵ era já conhecido nos âmbitos estadual e nacional. Um dos abrigos mais antigos do Brasil, a Casa do Caminho serve de referência para implantação de outras instituições do gênero, principalmente nas regiões Norte e Nordeste do País. Com estrutura semelhante à de uma casa, poucos funcionários e articulando-se com parceiros externos, o abrigo recebeu, em 1998, o Prêmio “Programas Exitosos”, promovido pela Fundação Getúlio Vargas, cuja premiação foi aplicada na instalação de um salão de beleza na Casa, com cursos de capacitação para as mulheres abrigadas, dando-lhes, até hoje, momentos de alegria, esperança e fortalecimento da auto-estima. No salão, realizam-se oficinas como as “Quartas-belas”, concretizando sonhos de muitas mulheres, - cortar, alisar e escovar os cabelos, pintar as unhas e ir, maquiada, às audiências. Pequenas conquistas, porém, carregadas de significados.

Em 2002, foi firmado novo convênio com o Governo Federal, desta feita, diretamente com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, priorizando a reforma e ampliação das instalações da Casa.

Com as reformas, transforma-se o antigo galpão subutilizado em abrigo que acolhe dores e se realimenta de sonhos, esperanças e certezas. Do piso cimentado e das divisórias que teimam em cair, brotam paredes de alvenaria, revestidas de cerâmica branca. Branco é o piso da Casa e brancas também as paredes externas. O teto é alto e grande parte sem forro, tornando o ambiente mais ventilado. Portas, janelas e grades são pintadas de azul. Com a reforma, amplia-se de cinco para seis os quartos, pois com o aumento da demanda, muitas vezes, alojam-se duas famílias num mesmo dormitório. Mesmo em espaço institucional, onde tudo é coletivizado, dividido e, de certa forma, tornado público, deve-se resguardar, por menor que seja, a individualidade da sobrevivente e da sua família, hábitos e dinâmica familiar, principalmente, no recolhimento, à noite; bem como a organização familiar, que em dormitório provisoriamente transformado em lar, os momentos de introspecção, segredos e suas cantigas para acalanto dos filhos, enfim, o direito de estarem apenas com os seus, planejando um futuro de paz e harmonia.

Nesse local, espaço construído a cada dia, muitas mulheres param para pensar, choram, riem, nutre-se de coragem e esperança; finalmente, dormem em paz.

Ao descrever o espaço físico da Casa do Caminho procuro fazê-lo com os olhos de sobreviventes⁶, ao entrevistar uma delas, porém, vejo que nossa percepção jamais será semelhante. Por isso mesclam-se seus olhares com o meu, é que em alguns momentos, a descrição é meramente da estrutura física do Abrigo, quando tento transformar a descrição particular em fotografia colorida e não meramente esmaecida da realidade.

⁵ Quando abrigo estiver com a inicial maiúscula estarei me referindo ao abrigo Casa do Caminho.

⁶ Almeida (1998) utiliza o termo sobrevivente e não vítima, pois “no contexto da violência doméstica, sobrevivente designa o sujeito que foi capaz de reunir forças para lutar contra intensas e multidimensionais condições de opressão, expressas, diretamente, por meio de constrangimentos e limites institucionais, gerados e impostos a partir de um campo de forças determinado (em sua dimensão extensiva)” (1998, p. 10). Concordo com a autora e utilizo o termo que considero conferir condição mais afirmativa à mulher.

Ia tão atordoada naquela viatura que nem conseguia me orientar. Lá na delegacia não me explicaram direito, só disseram que era um lugar para mulheres que corriam perigo de vida. "Lá ele não te acha", me tranquilizaram os policiais. Eu só queria sair daquele inferno que havia se transformado a minha casa. Mas ao parar na frente do portão azul tão alto, vi logo a casinha do guarda, igual das prisões [guarita]. Ai fui caindo em mim. Pensei, meu Deus é aqui... Sei lá o que pensei! (Sobrevivente).

Em terreno de 1.152 m², a Casa do Caminho tem aproximadamente 500 m² de área coberta, cercada por muros altos, pintados de branco, com dois portões azuis. Em cima do muro, em toda a extensão, três fileiras de arame farpado. A segurança, diferentemente de prisões e centros de medidas socioeducativas, não é para impedir fugas e sim para dificultar a entrada de estranhos ou “conhecidos” das que solicitam proteção do Estado.

À chegada, as sobreviventes são recebidas por profissional que as conduzem para o primeiro contato, na sala dos técnicos. O espaço permite a privacidade necessária ao atendimento das mulheres. A porta da sala, e as demais se abrem para o salão central, bastante movimentado. Ali, fazem-se reuniões, ouvem-se músicas e realizam-se festinhas comemorativas. Nas paredes, quadros, um dos quais retrata grandes girassóis, sobre o que uma sobrevivente faz este comentário:

Assim que entrei aqui, o que me chamou mais atenção foi o tamanho do salão e aquele quadro dos girassóis... Certa vez ouvi no rádio que o girassol simbolizava a mudança na vida da gente... Ele não gira né, procurando a luz do sol, a energia? Quando vi, pensei na hora, “é o sinal que minha vida vai mudar”. (Sobrevivente).

O depoimento significa muito para mim, pois o “quadro dos girassóis” é adquirido por ser o girassol símbolo da luta contra a violência doméstica. Ao ouvir o comentário da abrigada, entretanto, permeado de esperança de transformação de vida, motivada pela visão dos girassóis, vejo quão poderosa é a força dos símbolos e das crenças que “aprendemos” ao longo de nossa existência.

Embora a Casa-abrigo seja tão somente o local onde “colhi” os sujeitos da minha investigação, faz necessário descrever não somente sua estrutura física e regras institucionais, mas, sobretudo, o cotidiano do abrigo que acolhe “mulheres vitimizadas e exploradas diuturnamente, pra quem a violência

[...] é mais do que rotineira – é constitutiva da sua própria existência” (SAFFIOTI, 1995, p. 66). São mulheres oriundas de vários bairros de Fortaleza, que não se conhecem, mas trazem uma semelhança, nas palavras da autora citada:

Trazem uma condição que as unifica – todas passaram por situações acentuadas de medo e isolamento. Mas foi também este elemento que, paradoxalmente, as impulsionou a buscar ajuda e a tornar público mais do que fatos – sentimentos [...] este elemento unificador; no entanto, não ofusca a singularidade e a riqueza de suas experiências (idem, ibidem).

Quem são essas mulheres? Que trajetória de vida determina procura de abrigo para si e os filhos?

No Abrigo, as sobreviventes têm moradia, mas, naquele momento, sua casa não oferece segurança. Os familiares não podem ou não querem apoiá-las, e a maioria vive com menos de dois salários mínimos.

As mulheres são conduzidas ao Abrigo em viatura da Delegacia de Defesa da Mulher. Levam, na maioria das vezes, os filhos assustados e receosos de adentrar a casa de muros e portões altos. Chegam encabuladas, machucadas; muitas com a roupa do corpo... Outras trazem sacola com poucos pertences com filhos pequenos, trazem mamadeira, chupeta e fraldas. Algumas, com sorte conseguem salvar os documentos. Em certos casos, têm-nos rasgados pelo agressor ou “ele nunca tinha tempo para tirar o registro do menino”, como relatam.

Na acolhida, são recebidas pela técnica (assistente social, socióloga, pedagoga ou estagiária), na sala de entrevista de admissão. Nesse momento, geralmente, sobrevivente e filhos estão com fome, com dores ou necessitando de asseio. Explicamos as normas da Casa e colhemos as informações mais urgentes: de algum problema de saúde; desejo de comunicar a alguém que se encontra em abrigo; conduz-se guia para exame pericial⁷, se necessita tomar algum medicamento; se possuem valores (dinheiro, jóias, telefones celulares), medicamentos ou objetos cortantes; ou se estão grávidas.

Na chegada, as mulheres e filhos demonstram timidez e apatia, também, nos primeiros dias, elas se mostram deprimidas e sem esperanças. Certamente, nesses momentos, lembram-se com tristeza do que deixaram para trás: pertences, “coisas” acumuladas, com esforço e sacrifício, cujo valor monetário não me cabe avaliar, nem a importância que se dá ao pequeno fogão, à foto

⁷ Documento expedido pela Delegacia de Defesa da Mulher ou qualquer outra delegacia onde a vítima prestou queixa de agressão física. O exame é feito no Instituto Médico Legal, órgão vinculado à Secretaria de Segurança Pública.

desbotada de momento feliz, roupas, na maioria, restos de outros, para elas, únicas. “*Eu trabalhei dia e noite no pé de um fogão do restaurante pra pagar a geladeira de segunda mão e ele não quer entregar...*” essas lembranças, aliadas ao ambiente do Abrigo, muros altos, grades, policial na guarita e regras estabelecidas, dão idéia, como relatam, de uma prisão.

Logo que cheguei, pensei: to presa. Mas porque, se não fiz nada. Achei muito triste no começo, eu tava sozinha. De noite, quando passavam os aviões e meu filho se assustava com o barulho pensei se não seria melhor voltar logo pro infeliz... Mas, como o avião, o pensamento passou logo... (Sobrevivente).

No dia-a-dia da casa, muitas são as mudanças comportamentais observadas nas moradoras. Rapidamente, as crianças se adaptam à nova realidade. Tímidas e apavoradas, atores e atrizes coadjuvantes em meio ao cenário desconhecido, vivenciando a tragédia familiar de que se tornam as principais vítimas, logo se encantam pelo parquinho, pelos balanços, pelos vídeos de Walt Disney, e, principalmente, pelas sobremesas: rapadura, doce de goiaba, muitas inventadas pelas servidoras para “incrementar” o cardápio: *milk shake* de beterraba, “*dindin*”⁸ de “Nescau”, etc. Pedem tarefas escolares: “tia, passa dever”, ou “tia, me dá um papel pra desenhar”. São seres pequeninos e necessitam, constantemente de serem abraçados, serem tocados, de atenção. Encantam com a inocência e amorosidade; emocionam quando relatam as cenas de violência que presenciam ou de que são vítimas direta ou indiretamente, feridas que, infelizmente, não serão facilmente cicatrizadas. Lembro-me de garotinho de seis anos que descreveu um desenho que fazia:

É nossa Senhora. Rezo todo dia pra ela não deixar o Beto [companheiro da mãe] achar o revólver e matar minha mãe. Digo assim: ‘minha Santa, faz com que não ache o revólver dentro da panela (a mãe escondeu) e não mate minha mãe. Eu não quero ficar sozinho’. Quando eu crescer, vou levar minha mãe embora. A gente pode morar aqui pra sempre? (Criança, filho de sobrevivente).

No Abrigo, desenham, brincam e se desentendem umas com as outras, como qualquer criança; também, em alguns casos, agridem as mães repetindo palavras que ouvem o pai tantas vezes repetir: “*sua puta, sua vagabunda, vou dizer pro meu pai te bater, você vai ver... deixa eu ver meu pai. Ele vai te dar uma surra*” (filho de sobrevivente).

⁸ Espécie de suco congelado em um saquinho de plástico.

A mãe, emudecida, constrangida pelas palavras do filho, com hematomas pelo corpo, resquícios das agressões sofridas recentemente, chorando, justifica:

Vê... O menino ta igual ao pai... Chama a gente de rapariga, fica me dando macho... O pai adora me bater na cabeça, puxa meu cabelo, bate na cara... Sabe que bater na cara é humilhação, fico com vergonha e passo de semana dentro de casa... Até sumir. Esse menino ta perdido, puxou o pai, é perverso como ele (Sobrevivente referindo-se ao filho de 8 anos de idade).

Famílias destroçadas, laços desatados, afetos esgarçados em razão de anos de sobrevivência, em ambiente doméstico violento, frutos gerados em clima de amor rimando com dor. Sendo a relação de amor construída, “laços de consangüinidade não asseguram o amor” (SAFFIOTI, 1989, p. 19), como podem mães e filhos alicerçar qualquer sentimento afirmativo nessa dinâmica familiar?

À chegada das sobreviventes, rotineiramente, presencio cenas de ritual que se repete em tantos anos que ali convivo. Olhares perdidos, fixos no chão ou em algum ponto não definido... Lágrimas que teimam em rolar, mãos que se apertam nervosamente: são seqüências de atos e comportamentos repetitivos. A cada sobrevivente, pergunto silenciosamente: Que história de vida contará desta vez? A quantas mortes simbólicas ela sobreviverá e voltará a morrer? Reatará com o agressor? São seres humanos assustados, tensos, que, a cada sobrevôo dos aviões por sobre o telhado do Abrigo, tremem amedrontados. E os aviões sobem e descem sucessivamente – dia e noite – num eterno vaivém. Como suas vidas.

Nesse espaço que chamamos Casa, embora seja a Casa do Caminho há “*uma rotina que apresenta semelhanças com a doméstica, mas cujas atividades como comer, dormir, e se lavar são realizadas coletivamente*” (NASSER, 2001, p. 127), e sob normas é um espaço que não se confunde com casa, uma vez que nele se estabelecem apenas relações de convivência, não duradouras, em consequência da rotatividade das que ali são acolhidas.

Pela experiência com o trabalho cotidiano da escuta da dor, é compreensível que as mulheres “têm um tempo”, para relatar suas vidas que só elas sabem prever e que é respeitado, bem como a confidente escolhida. O certo é que, cedo ou tarde, são conhecidos detalhes mantidos em segredo porque, a princípio, não se sentem seguras para relatar. Depois de dois ou três dias, revelam fotos do “descarado” retratando momento de felicidade.

“É bonitão, né? Aqui foi no aniversário do menino mais velho. Quem vê ele assim nem acredita que não presta. Parece gente. Nessa época a gente ainda convivia bem, depois tudo piorou.” (Sobrevivente).

As fotos passam de mão em mão, como provas de que viveram momentos de felicidade “que traduziam um passado que havia perdido” (NASSER, 2001, p. 54). Além de retratarem o companheiro junto a elas, as fotos resgatam períodos, deixados com tristeza, para trás, perdidos após terem cruzado seu destino com o algoz. É que, em algumas ocasiões, folheio álbuns de fotografia, verdadeiros *books*: “*Era quando eu planejava ser modelo*”, me disse sobrevivente paulista. Vi também fotos de sobrevivente em viagem para o Caribe e Nova York “*Ah! A senhora não conhece?*”. *Indaga decepcionada.* “*Mas, acredite, estive lá. Posso lhe provar através do meu passaporte.*”

A Casa apresenta características, conforme Goffman (1998, p.17), de “*uma instituição total*”, cujo aspecto central pode ser descrito como ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida (dormir, brincar e trabalhar) e onde todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade”; e todos, de alguma forma, seguem regras determinadas, obedecem horários predeterminados para dormir, comer, assistir televisão, participar de oficinas, porém, guarda particularidades que diferenciam pela “*tendência à abertura*” por buscar parcerias com instituições externas para atendimento às necessidades que o Abrigo não pode suprir (atendimento médico e odontológico, serviços da Defensoria Pública, Conselho Tutelar, contato com familiares e outros).

A rotina da Casa do Caminho, quanto ao cumprimento dos horários, é de certa forma flexível, em alguns momentos, negociada entre as abrigadas e a Direção.

No dia-a-dia da Casa, há picos de calma e de tensão. De fato, ao terem que dividir os espaços coletivos, algumas vezes, o mesmo quarto, vive momentos de ambigüidades. Por vezes, confidenciam fatos que, em outra ocasião, não o fariam ou se reportam às questões exclusivas, de momentos de crise. Em outros, conflitam e referem-se umas às outras, com certa hostilidade: “*estamos aqui nesse mesmo barco, mas meu caso é diferente do dela*”. Diz, certa vez, uma sobrevivente: “*eu sou casada no papel, tenho mais direito*”.

A observação reforça o argumento de Soihet (2001, p. 367), ao estudar as condições de vida das mulheres pobres, na *Belle Époque* (1890-1920), de que, embora o casamento formal não preponderasse no “*seio dos populares [...], muitas idéias das mulheres dos segmentos dominantes se apresentavam*

fortemente às mulheres populares”. Mantinha, por exemplo, aspiração ao casamento formal, sentindo-se inferiorizadas quando não casavam. Para a autora, apesar de a maioria das mulheres da classe trabalhadora “não contrair o casamento formal, ele se afigurava como um valor” (idem, p.368).

Outro motivo de tensão no Abrigo ocorre quando o número de crianças aumenta, originando “brigas” entre elas, conseqüentemente, criando desentendimento entre as respectivas mães que tomam as dores dos filhos. Não raro, nessas ocasiões, tem-se que intervir para evitar maiores problemas.

Aprendemos, constantemente e nesse aprendizado percebemos o clima fechado, como momentos que antecedem a tempestade. É uma piada aqui, ironia ali, cara de choro ou raiva acolá, rejeição em participar de “terapias” de que tanto gostam... Tentam-se diluir os conflitos com muita conversa e cuidado.

Para Codo (1999, p.53),

O cuidado, por definição é uma relação entre seres humanos cuja ação resulta no bem-estar do outro. Podemos chamar esta ação de trabalho [...], é uma relação de dupla transformação entre homem (no sentido de ser humano que cuida) e objeto (no sentido de externo ao homem; o outro que recebe cuidado). Na medida em que se cuida de outrem, o cuidador se transforma, na mesma medida em que transfere para o outro parte de si e vê neste o seu trabalho realizado.

No Abrigo, trabalhamos com oficinas possíveis de fazer. Na “terapia das massas”, as mulheres aprendem, com as servidoras ou umas com as outras, a fazer bolo ou bolinho de chuva e a gostar do que fizeram. “Gostou? Fui eu quem fiz”, dizem elas.

Nas quartas e finais de semana, é a vez da “terapia da face”. Elas se distraem no salão de beleza da Casa aprendem e ensinam a maquiar, cortar cabelos e pintar unhas. “*Meu sonho era pintar as unhas!*”. Sonho realizado e participar de sonhos são um dos sentidos do cuidado.

Quem não convive na roda-viva do Abrigo estranha, até discorda de algumas atividades. Recebemos inúmeras críticas pela instalação do salão na Casa. Certa vez, ao relatar a experiência, a qual consideramos positiva, em palestra, fui questionada por profissional da platéia: “*Você não acha que esta dando muita importância à beleza exterior, mais uma vez transformando as mulheres em símbolos sexuais? Não seria melhor otimizar esse tempo que elas estão*

abrigadas em atividades profissionalizantes?” Em outra oportunidade: “Por que você não encontra alguma ocupação para essas mulheres? Lavar uma janela, costurar... Me deu ‘agonia’ ver algumas sentadas, só pensando na vida...”

Nas duas ocasiões, após refletir, concluímos que, realmente, nem todo mundo tem “olhos de ver” e, como os olhos são apenas janelas da alma⁹, não conseguem enxergar o que suas almas não vêem. Como comparar essas mulheres, de corpos calejados pelo sofrimento imposto pelas tristezas e decepções, com símbolos sexuais? Ao levantar o pano da memória, vimos dezenas de mulheres que atendemos, e ainda atendemos: conhecemos os cheiros, os gestos angustiados ou esperançosos, novas ou velhas, a maioria com rugas precipitadas pelas noites mal dormidas, pernas com veias lembrando rios que riscam terras fazendo, aqui e ali bolões, ventres avantajados distendidos pelo número de gestações, mãos e pés ressecados... Para cada uma que escutamos, cala no fundo uma pergunta: Quantas vezes já morreram e reviveram? São mulheres que, como qualquer outra, sentem vontade, vez por outra, de se olharem no espelho e sentirem-se belas, elogiadas e observadas... Precisam de algo real, concreto e não apenas de sonho.

Retornamos, uma vez mais, para o cuidado. Como podem cuidar dos outros, da casa e das refeições, se os pensamentos estão voltados para a real necessidade de resolver problemas tão urgentes? Pensam, certamente: Terá ele queimado minhas roupas? Vendido à televisão que nem terminei de pagar? Trocado o gás por droga? Onde está meu filho que não pude trazer? Após a audiência, ele mudará o comportamento agressivo? Daqui, aonde irei?

Diante de mulheres pensativas ou momentaneamente desmotivadas, lembramos a teoria do desamparo aprendido, explicado por Walker (1979) e relatado por Miller (1999), Soares (1999) e diversos autores que trabalham com o tema da violência contra a mulher: “A mulher presa num padrão de abuso, com o tempo torna-se passiva” (MILLER, 1999, p. 121).

Outro aspecto merece destaque: O tempo. Existe algo tão impreciso quanto o tempo? O tempo em que se permanecem em uma relação conflituosa, os minutos em que se temem pela vida, os tempos necessários para cicatrização da dor, os dias em que se está em abrigo? Como mensurar, no mesmo “espaço temporal”, momentos tão imensuráveis? “*O tempo no Abrigo custava a passar, mas aqui fora sinto que lá foi o melhor tempo de dormida, com calma*”. (Sobrevivente).

⁹ Refiro-me ao filme *Janela da Alma* de João Jardim e Walter Carvalho, Europa Filmes.

É comum ligar o tempo à ocupação: “*tem que ocupar o tempo dessas mulheres*”, disse alguém, como se “passar” tempo sem ocupação fosse algo muito grave par as “clientes” da Instituição. Não somos contraria a idéia de as casas-

abrigo oferecerem oficinas laborativas, profissionalizantes, terapêuticas, como se queira chamar. Devemos, porém, esclarecer que consideramos relevante um tempo indefinido, até mesmo impreciso, para as sobreviventes estarem consigo mesmas. “Quem nunca esteve sentado, cheio de medo, diante da cortina do seu coração” (RILKE). De que tempo os corações das sobreviventes necessitam para ter esperança? Certamente que nenhuma teoria dirá.

Casas-abrigo: um espaço de direitos, cuidados, reflexões, individuação e paz

Segundo Soares (1999, p. 101), o abrigo deve funcionar:

[...] idealmente como espaço no qual a vitimização é reconhecida e compartilhada. Onde o sofrimento e a dor se convertem em ação positiva e o fortalecimento pessoal e a autorização, tomam o lugar da passividade e da dependência [...] é o lugar onde se conjugam o segredo e a revelação, a desculpabilização e a assunção de responsabilidades e a coletivização de experiência de subjetivação.

As casas-abrigo configuram-se em uma política de enfrentamento à violência doméstica, muito recente. “Sua missão é salvar vidas, acolhendo mulheres e seus filhos menores, em situação de risco iminente por parte de alguém com que convivem: marido, ex-marido, namorado ou amante” (DAGORD, 2003, p.37).

Enfim, os abrigos são lugares onde as mulheres em situação de violência doméstica dedicam “tempo e energia à reflexão sobre suas vidas e nas possibilidades de enfrentamento de seus problemas” (idem, ibidem). Tempo cujo ritmo só elas mesmas podem decidir, distante daqueles que as pressionam como parentes ou amigos.

A casa-abrigo é como bem definiu uma sobrevivente, “um lugar para pensar e repensar a nossa vida”.

Na tentativa de dar vida e voz às sobreviventes, busquei, na pesquisa que realizei, resgatar histórias de vida de mulheres que ali estiveram acolhidas, no período de 1992 a 2002, quando privilegiei a perspectiva etnográfica que faz mergulhar nos discursos, pontos de vista, representações e experiências de mulheres, sempre procurando dialogar com idéias – tanto de senso comum quanto de autores que tratam de temas como sobre família, violência contra a mulher, relações de gênero e casas-abrigo.

Optei, também, por utilizar uma linguagem simples e não técnica, uma vez que tal trabalho ficará à disposição não só da academia, mas das próprias abrigadas da casa do caminho para leitura e reflexão.

Decidir colocar-me inteiramente no trabalho, portanto, muitas vezes escrevo para mim mesma, reflito “alto”, escrevo poesias, mesclo histórias com lendas, contos e cantos, navegando em direção às vozes que tanto escuto, das mulheres, que têm vontade de falar, pois que essa fala em forma de denúncia traduza o objeto dessa pesquisa. São Marias, Antonias, Franciscas e Ritas¹⁰. Mulheres que trazem em comum, além dos nomes, marca nas suas trajetórias de vida, da passagem pela Casa do Caminho, num momento que vivenciaram no cotidiano a violência de gênero.

Suas trajetórias não diferem daquelas de outras mulheres que buscaram e vêm buscando acolhimento na Casa. Aumentando as estatísticas, cada vez mais ampliadas, das vítimas de violência de gênero.

Objetivando reaver o significado do Abrigo nas vidas das sobreviventes, bem como as mudanças, se houve, em relação ao estado de violência. Extraí pensamentos, frases, desenhos e sentimentos, enfim, as versões sobre o local. As mulheres relataram memórias de vidas, ainda presentes e, por meio de suas palavras, rimavam solidão com agressão, dor com amor, saudade com felicidade, rimas que a meu ver jamais deveriam soar.

Aqui tive tempo de pensar tudo. Tive tempo pra rezar. Decidir se vou voltar se não vou voltar sem ninguém me pressionar. No Abrigo, as pessoas conversam, temos atenção, dedicação, disposição e proteção. (Antonia).

As pessoas lá fora criticam, dizem: ai foi procurar sarna pra se coçar, agora se vira. Ninguém lá fora entende. Aqui me orientei me senti valorizada. Posso até voltar, mas por dentro volto outra, mais decidida, mais sabedora dos meus direitos. (Rita).

Sabia que no Abrigo as moças não iam resolver. Mas eu lá achei o que queria. Queria assim que ele saísse de casa, me deixasse em paz. Depois entendi, com meu juízo tranqüilo que não era nem policia, nem assistente social que ia resolver meu problema. Isso eu só entendi quando voltei. Deu aquele estalo. Lá ninguém pode enfiar isso na sua cabeça. (Raimunda).

¹⁰ Os nomes que utilizo para me referir às sobreviventes são aqueles que nomeiam a maioria das mulheres acolhidas na Casa do Caminho.

Tudo que passei na vida, lembrei nos dias que passei no Abrigo. Lá é como na casa dos artistas. Tem horário pra tudo e todo mundo vigia todo mundo. Mas serviu de lição. Eu não sei se tenho vergonha de tudo que passei, só sei que se não fosse por tudo que aconteceu não seria o ser humano que sou. Conversamos muito no Abrigo. Algumas dão conselhos, outras só escutam. Eu não queria nada da justiça... Quando saí, só tinha um desejo: ser feliz com meus filhos. (Maria).

As entrevistadas, em geral, percebem o Abrigo como um “*local para pensar, para colocar a cabeça no lugar*”. As abrigadas referem-se à Casa de formas diferentes, dependendo do momento em que relataram, entretanto, em todas as falas, apareceu com destaque o quanto foram bem tratadas, ouvidas, às vezes pela primeira vez na vida, e como suas crianças sentem saudades das tias, das dormidas, das festinhas. Essa característica do cuidar, de escuta sem crítica, do respeito à decisão da mulher é um diferencial da equipe do Abrigo que privilegia a atitude positiva nos atendimentos e põe-se no lugar da sobrevivente.

A compreensão do contexto em que a mulher deixa sua casa, como Ruffa (1990, p. 38) esclarece, é “a decisão da mulher de recorrer a uma casa-abrigo, interrompendo o ritmo da vida cotidiana, saindo da sua casa, retirando as crianças da escola e do seu ambiente é sempre uma decisão difícil, complexa e angustiante para a mulher”.

Para Rocha (2005, p. 191), a ruptura com a relação de violência conjugal se configura como um processo doloroso, difícil e, muitas vezes, lento, ao envolver a ruptura com o cônjuge violento. Isto, para a autora, pode significar “*a ruptura com sua vida cotidiana: sua casa, seu emprego, amigos e outras ‘perdas’*”.

Embora o Abrigo ofereça um espaço acolhedor “que estimula a reflexão sobre a situação vivida, procurando recuperar a auto-estima e imprimir um outro rumo à vida dessas mulheres” (DAGORD, 2002, p.89), também é um espaço onde elas se descobrem detentoras de direitos que, muitas vezes, não saem do papel com a rapidez que necessitam e como esperam. O Abrigo é para muitas, principalmente, no início do acolhimento, o lugar do encantado, pois acreditam que todos os problemas serão resolvidos, inclusive, dúvidas, no prazo de três meses. Quando assim não ocorre, fato que rotineiramente é constatado, pois, nem sempre as questões dependem de decisões rápidas e, na maioria das vezes, envolve a justiça com seus prazos e adiamentos, as sobreviventes mostram-se desmotivadas.

Compreender os processos de idas e vindas das sobreviventes em busca de ruptura é importante para que se entenda a dificuldade que as mulheres enfrentam para romper a relação violenta e, assim, não julgar a sobrevivente que reata ou permanece na relação conjugal, e sim colaborar para que ela tenha condições efetivas para romper definitivamente.

Ao romper, muitas vezes, a violência não chega ao fim. Com frequência, continua e até aumenta, pois ao perceber que perdeu a “posse” da mulher, muitos homens se tornam mais violentos, podendo, inclusive, chegarem a praticar o “femicídio”.

Nesse sentido, a experiência de vida das sobreviventes entrevistadas revela a efetividade das casas-abrigo em termos, principalmente, do processo de conquista de autonomia e reflexão frente aos companheiros.

Percebe-se que elas estão conquistando a condição de sujeito, com liberdade, cidadania, auto-estima, com condições de locomoção, acesso ao mundo do trabalho, ao lazer, ao prazer, “*mais cheias de vida*”, sentindo ter valido a pena, “*ter me rebelado, ter me debatido, ter virado o barco, ter sobrevivido, ter virado a mesa, ter me conhecido, ter me socorrido, começar de novo*”¹¹ (LINS e MARTINS), *embora sem ter esquecido, de que as esporas sempre tão seguras*” (idem, ibidem).

A intervenção das casas-abrigo, em face da situação de desigualdade social é também limitada enquanto política pública. As mulheres que vão encaminhadas para lá, na sua maioria, estão feridas na sua cidadania porque lhes faltam políticas públicas de inclusão, principalmente, nas áreas de habitação, trabalho, geração de renda e equipamentos sociais (creches, escolas) que priorizem as referidas mulheres e as permitam que não só vislumbrem uma nova vida, mas também rompam a relação conflituosa, dando-lhes oportunidades de um recomeço.

¹¹ Composição “Começar de novo”, de autoria de Ivan Lins e Vitor Martins.

Key-words: public policies, shelter houses, violence against woman.

ABSTRACT: Violence against women is a serious problem of human rights violation, it constitutes a phenomenon which touches women within varied social classes, ethnicities, races, religions and education levels. It is a cause of irreparable damages which harm women’s health, development and self esteem. Violence injures not only the woman also her family and even her friends. Because of this reality, women’s movement demanded, among other contexts, the installation of shelter houses. In Ceará State, in 1992, was created Casa do Caminho – a shelter to women victims of domestic violence, with a primary goal of protecting them, as well as their children, offering them protection and possibility for self esteem recovering.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rosemary de Oliveira. **Mulheres que Matam** – Universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, 2001.

ALMEIDA, Suely Souza de. **Femicídio** – algemas (in)visíveis do público – privado. Rio de Janeiro: REVINTER, 1998.

CODO, Wanderley. **Educação: carinho e trabalho** – *Bournout*, a síndrome da desistência do educador, que pode levar a falência da educação. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

DAGORD, Ana L. de L. **Viva Maria Dez Anos**. Dissertação (Mestrado) 2003. Porto Alegre: UFRS, 2003.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1998.

MILLER, Mary Susan. **Feridas Invisíveis**: abuso não físico contra mulheres. Tradução: Denise Maria Bolanho. São Paulo: Summus, 1999.

MORAES, Rosana Ribeiro. **Mulheres em risco**: uma análise sobre a violência doméstica conjugal e a política de acolhimento provisório no Município de Belém. Dissertação (Mestrado): 2003. Centro de Serviço Social. UFP, Belém, 2003.

NASSER, Ana C. Arantes. **Sair para o mundo**: Trabalho, família e lazer na vida de excluídos. São Paulo: Hucitec, 2001.

OSTERNE, M. do Socorro F. **Violência no contexto das relações sociais de gênero e cidadania feminina**: análise das incidências na Delegacia de Defesa da Mulher de Fortaleza. 2005. Tese (doutorado) – Centro de Serviço Social – UFPE, 2005.

ROCHA, I. de M. L. N. **Violência de gênero e políticas públicas no Brasil**: um estudo sobre as casas-abrigo para mulheres em situação de violência doméstica. 2005. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais - UFMA. São Luis, 2005.

Ruffa, Beatriz. **Mujeres maltratadas** – casas-refúgios y sus alternativas. Buenos Aires: SENDA, 1990. 126p.

SAFFIOTI, H. I. B. e ALMEIDA, S. S. **Violência de gênero** – Poder e impotência. Rio de Janeiro. REVINTER. 1995

SAFFIOTI, H. I. B. **Vitimização física**: Identificando o fenômeno. In AZEVEDO M. A. e GUERRA Viviane. Crianças Vitimizadas: A Síndrome do Pequeno Poder. São Paulo: IGLU, 1989.

SOARES, Bárbara Mussumeci. **Mulheres Invisíveis**: violência conjugal e as novas políticas públicas de segurança. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1999.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. In: BORBA, Ângela, FARIAS, Nalu, GODINHO, Tatau, (ORG). **Mulher e Política** – gênero e feminismo no partido dos trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1989, p. 33-54.

SOIHET, Raquel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORI, Mary (org.). **História das Mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro: Contexto, 2001, p. 362 – 399.